



## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 24 de novembro de 2021, às 14h00min, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal de Maringá, situado na Avenida Papa João XXIII, nº 239, Maringá/PR, teve início esta audiência pública, sob a presidência da Promotora de Justiça **MICHELE NADER**, com a finalidade de debater sobre “o direito das gestantes e parturientes, em especial o direito de escolha a um acompanhante durante todo o período do pré-parto, parto e pós-parto”, vinculado ao Procedimento Administrativo sob o nº MPPR-0088.21.004990-9.

Participantes: Assinalou-se a presença e participação da comunidade local, órgãos públicos e representantes de entidades públicas e privadas, conforme lista de presença em anexo. Compuseram a mesa para fazer uso da palavra a Promotora de Justiça e presidente da audiência pública, **MICHELE NADER**, a Procuradora da Mulher na Câmara Municipal de Maringá, **ANA LÚCIA RODRIGUES**, a Secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Maringá, **TEREZINHA BERALDO PEREIRA**, o Secretário Municipal de Saúde de Maringá, **MARCELO AGUILAR PUZZI**, a representante do Comitê de Estímulo ao Parto Normal, **ELIANA CISMER**, a conselheira **MARGARETE LOPES**, representando o Conselho Municipal da Mulher, e o chefe da 15ª Regional de Saúde, **EDERLEI RIBEIRO ALKAMIM**.

Dando-se início à audiência pública, a Presidente explicou como seriam os trabalhos e agradeceu os componentes da mesa. Os componentes da mesa passaram a explanar os motivos pelo qual a audiência estava sendo realizada, mencionando as normativas vigentes sobre os direitos das mulheres gestantes e parturientes e a importância de se debater o tema. A Procuradora da Mulher, Ana Lúcia Rodrigues, ressaltou a importância de se assegurar o direito ao acompanhante de livre escolha da mulher por parte dos gestores e entidades públicas e privadas, inclusive durante a realização de exames de pré-natal. O Secretário Municipal de Saúde informou que não medirá esforços para atuar de acordo com as necessidades de todos para, junto com a Secretária de Políticas Públicas da Mulher e outros órgãos, garantir os direitos das



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

14ª Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
*Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde Pública, Saúde do  
Trabalhador e Reparação de Dano Resultante do Crime*

---

gestantes. A conselheira Margarete Lopes, por sua vez, apresentou uma situação pessoal vivenciada por ela para demonstrar a importância da atual Lei Municipal nº 10.955/2019, que instituiu o Plano Municipal para Humanização do Parto. O chefe da 15ª Regional de Saúde ressaltou a importância de promover a qualificação no atendimento da atenção primária, em especial a atenção na rede materno-infantil. Por sua vez, a representante do Comitê de Estímulo ao Parto Normal consignou que a cultura da cesária está enraizada na sociedade brasileira e ressaltou a importância do parto humanizado e natural. Ainda, destacou a importância de acolher todas as necessidades das mulheres e o protagonismo da tomada de decisão pela gestante, mediante compartilhamento de informações pelos profissionais de saúde envolvidos. Destacou também a importância das enfermeiras obstétricas com assistência direta às gestantes, bem como a atuação das doulas no acompanhamento durante o pré-parto, trabalho de parto e no pós-parto, sendo que esta profissional não se confunde com o acompanhante de livre escolha da gestante.

A Promotora de Justiça explanou algumas situações fáticas que foram encaminhadas ao Ministério Público durante o ano de 2021, acerca da negativa por parte de estabelecimentos hospitalares em permitir a presença de um acompanhante à gestante durante o parto. Ainda, ressaltou que os estudos comprovam que a garantia do direito ao acompanhante reduz as intervenções médicas que são necessárias durante a gestação. Destacou que o direito ao acompanhante também deve ser assegurado durante todos os exames e consultas necessárias à gestante e no pós-parto, compreendido o espaço de 10 dias após o parto. Assim, o objetivo da audiência pública é uniformizar, alinhar e ajustar os protocolos utilizados para garantir os direitos das mulheres gestantes na forma prevista em lei.

Após, a palavra foi concedida às entidades públicas e privadas, representantes de órgãos públicos e aos cidadãos presentes na ocasião, para que tivessem a oportunidade de se manifestar. Assim, manifestou-se Audilene Dias, destacando que todo o medo e ansiedade que a mulher passa durante a gestação e o parto tem consequências para a criança também, de modo que as instituições devem rever as suas posturas para poder instruir todo o quadro de funcionários para que os direitos dessas mulheres e crianças sejam de fato assegurados. Por sua vez, Carla Andraus, representando as doulas do grupo *Maternati*, apresentou explicações sobre as funções das doulas e a sua importância nos esclarecimentos para o parto humanizado



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

14ª Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
*Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde Pública, Saúde do Trabalhador e Reparação de Dano Resultante do Crime*

---

e normal pelas gestantes. Patrícia Torres, da 15ª Regional de Saúde, ressaltou a importância de se garantir uma equipe multiprofissional na assistência à mulher gestante, além do acompanhante. Assim, seria interessante desenvolver políticas para que se organize uma equipe multiprofissional, incluindo doulas e enfermeiras obstétricas. A presidente da OAB/PR e representante do Hospital Santa Casa de Maringá, Ana Cláudia Pirajá, ressaltou a importância de se garantir o direito a um acompanhante de escolha da gestante, uma vez que a equipe profissional está presente como equipe técnica, mas o acompanhante como apoio emocional. Por fim, ainda ressaltou que a escolha a um acompanhante é um direito e uma luta constante. Natália, representando as doulas e as enfermeiras obstétricas, compartilhou as dificuldades enfrentadas em Maringá com os estabelecimentos hospitalares, ressaltando a importância de disponibilizar à gestante um trabalho em conjunto. Daniela Alvares, representando o Hospital Universitário de Maringá, apresentou as dificuldades estruturais e de recursos humanos do nosocômio para o acolhimento durante tempo integral do acompanhante às gestantes, mas que o hospital tem interesse em garantir tal direito para todas as gestantes. Também falou a doula Talia Gusmão, que apresentou fatos vivenciados por ela sobre descasos e dificuldades junto aos estabelecimentos hospitalares. Por fim, Vera esclareceu que o parto normal é importante a ser debatido e que o parto humanizado depende de uma dedicação de todos, do companheiro e demais acompanhantes, bem como da equipe multiprofissional.

#### **Encaminhamentos e considerações finais:**

- Toda mulher tem direito ao acompanhante durante todo o período de parto, pré-parto e pós-parto.
- O pós-parto deve ser entendido como o período de 10 dias após o parto.
- O pré-parto deve ser entendido como todos os exames, consultas e atendimentos de emergência ou urgência.
- As mulheres gestantes têm o direito à presença das doulas, na forma da Lei Municipal nº 11.018/2019, estendendo-se esse direito em relação às enfermeiras obstétricas.
- Realização de uma cartilha, por parte da Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, a ser entregue às gestantes desde o início do pré-natal, para que tenham conhecimento dos seus direitos.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

14ª Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
*Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde Pública, Saúde do Trabalhador e Reparação de Dano Resultante do Crime*

---

- Capacitação dos funcionários de saúde, em especial dos servidores que estão nas Unidades Básicas de Saúde e em estabelecimentos hospitalares que atendem as mulheres gestantes por parte do Comitê de Estímulo ao Parto Normal.
- Elaboração do Projeto de Lei nº 51/2021, pela Procuradora da Mulher na Câmara Municipal, que dispõe sobre a violência obstétrica, a fim de avançar nos direitos das mulheres gestantes.
- Elaboração de um Projeto de Lei para garantir o direito da presença das enfermeiras obstétricas em estabelecimentos hospitalares, equiparando-as às doulas, uma vez que a Lei Municipal nº 11.018/2019 prevê tal direito somente em relação às doulas.
- Fortalecimento das políticas na macrorregião noroeste, por parte da 15ª Regional de Saúde, com treinamentos adequados de atendimento às redes de atenção primária e materno-infantil.
- Fixação de cartazes, nas Unidades de Saúde e estabelecimentos hospitalares, contendo as informações dos direitos das mulheres gestantes ao acompanhante, nos termos da lei.

Por fim, foi estabelecido que todas as demandas poderão ser encaminhadas ao e-mail: [semulher\\_gabinete@maringa.pr.gov.br](mailto:semulher_gabinete@maringa.pr.gov.br).

A Presidente novamente agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a audiência pública às 16h25min. Eu, Natália Prizon Tronco, assessora de Promotoria, lavrei a presente ata.

MICHELE  
NADER:02  
305807937

Assinado de forma  
digital por MICHELE  
NADER:02305807937  
Dados: 2021.11.25  
08:48:32 -03'00'

MICHELE NADER

Promotora de Justiça

  
ANA LÚCIA RODRIGUES

Procuradora da Mulher na Câmara Municipal de Maringá

  
TEREZINHA BERBALDO PEREIRA

Secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Maringá



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

14ª Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
*Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde Pública, Saúde do  
Trabalhador e Reparação de Dano Resultante do Crime*

---

MARCELO AGUILAR Assinado de forma digital por  
MARCELO AGUILAR  
PUZZI:03759882978  
PUZZI:03759882978 Dados: 2021.11.29 09:13:47 -03'00'

MARCELO AGUILAR PUZZI  
Secretária Municipal de Saúde de Maringá



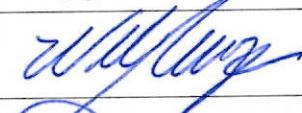

EDERLEI RIBEIRO ALKAMIM  
Chefe da 15ª Regional de Saúde

---

Rua Arthur Thomas, 575 – Térreo – Maringá – PR – CEP 87013-250 – Fone: (44) 3223-3521  
E-mail: [maringa.14prom@mppr.mp.br](mailto:maringa.14prom@mppr.mp.br)



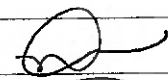
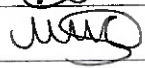
5



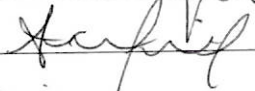
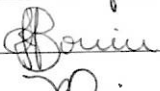

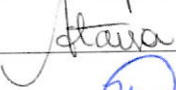



**LISTA DE PRESENÇA: AUDIÊNCIA PÚBLICA – 24/11 – 14h**

Entidade	Nome	Assinatura
Conselho Municipal da Mulher	Margarete Lopes	
Conselho Municipal da Saúde	Carlos Roberto Rodrigues	
Sec. de Políticas Públicas da Mulher	Terezinha Beraldo Pereira	
Procuradoria da Mulher – Câmara Municipal de Maringá	Vereadora Ana Lúcia Rodrigues	
Coordenadoria da Saúde da Mulher – Secretaria Municipal de Saúde	Fernanda Furlan Santoro	
Coordenadoria da Saúde da Mulher – Secretaria Municipal de Saúde	Eliana Cismer	
15ª Regional de Saúde	Patrícia Danielle Torres Matile (Coordenadora da Rede Materno Infantil)	
Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde – SESA/PR	Carolina Bolfe Poliquesi	
CISAMUSEP	Laís Cristine Pilger (Diretora de Promoção à Saúde)	
Hospital Universitário Regional de Maringá (UEM)	Elisabete Mitiko Kobayashi <i>Denise Barros</i>	
Hospital Municipal de Maringá	Welynton Antônio de Sousa	
Hospital Municipal de Maringá	Dra. Rita de Cássia Pires Araujo (Diretora Técnica do Hospital)	
Hospital Santa Casa	Ana Claudia Pirajá Bandeira	
Hospital Santa Casa	Edicrei Michetti	
Hospital Santa Casa	Marcelo Paulino	
Hospital Paraná	Raimundo Messias Barbosa de Carvalho	
Hospital Bom Samaritano e Hospital São Marcos	Sanderland Gurgel	
Hosp. Maringá	Dona Las Bergamasco	

Hospital Bom Samaritano	Samuel Barbanti (Coordenador da Maternidade)	
CRM/PR	Edson Rudey	
Unicesumar / H.U.M	Tatiane Colombari	Tatiane Colombari Cooper.
Faculdade Maringá	Amaury Antônio Meller Filho	
Uningá	Sandra Marisa Peloso (Diretora de Pós-graduação, pesquisa e extensão)	
Faculdade Santa Maria da Glória	Willian Samsel	
Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAMMM	Amanda Mantovani (Coordenadora)	
Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAMMM	Araceles Frasson (psicóloga)	
COREN/PR	Ana Paula Cássaro Faria (Fiscal e responsável pela Subseção Maringá)	
Luiza Alvarez Beltran		

**Demais presentes na audiência pública:**

NOME	ASSINATURA
Eliana D. P. Cimer	
Coronel Audilene R. de P. Dias Rocha	
Jenifer Cristina J. Cardoso	
Mariane Fabiana Parizotto de Abreu	
Mayara M. C. Santos	
Fernando Demageli Parati	Fernando D.
Patrícia Pedrina Ferroni da Silva	Patrícia P. F. da Silva
Elisiana Midori K. Katsuki	Elisiana
Dara Levy Demicon Baricon	Dara Temian
Vaianna Dilokis Picomello	Vaianna Picomello
Barbara Santos Garcia	Barbara Garcia
Selenge Loch	Selenge Loch
Carla Andraus	Carla
Ana Paulina S. Beltrami Jansen	Paulina

NOME	ASSINATURA
Juliana B.S. Gomes	
Márcia Paula Marçal Virgínia	
Aparecida de Silva Castro	
Josiane Aparecida Bonin Balho	
Renata Frossard Alcare	
Atara Loureiro	
Yara Lúcia Canali	
Thalía Caroline Dias Guimarães	
NIVALDA TEIXEIRA DA SILVA GRAM	
ELIANY ALVES FEITOZA SEMULHER	